A REVOLUÇÃO DE 1912 NO CEARÁ (*)

HERMENEGILDO FIRMEZA

Ao assumir o govêrno, em 15 de novembro de 1910, dera o Marechal Hermes da Fonseca às oposições estaduais a mais viva esperança de derribar as oligarquias que, sob o patrocínio do General Pinheiro Machado, vinham desonrando o regime e matando, onde elas medravam, todos os estímulos do povo.

A oligarquia dos Aciólis no Ceará era uma das mais típicas e, por isso mesmo, tornara-se das mais conhecidas no Brasil.

Houve uma época em que o Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli era Presidente do Estado, um seu filho 1.º vice-Presidente, e no Senado, dos três representantes que ali temos, um era filho e outro genro do velho patriarca, que mantinha, além disso, em empregos públicos, uma ninhada de parentes.

(*) O presente trabalho foi encontrado, entre vários outros escritos inéditos, no arquivo deixado pelo saudoso professor, jornalista e homem público Hermenegildo de Brito Firmeza.

Refere-se a acontecimentos em que o autor tomou parte ativa e saliente, razão por que não quis publicá-lo ainda em vida. Outros motivos, ditados pela experiência e pelos desenganos da idade, tê-lo-iam levado a abandonar estas fôlhas entre os seus alfarrábios, para apenas valerem como reminiscências pessoais.

Redigido poucos anos depois da revolução de 1912, o presente escrito é um relato fiel e minucioso dos acontecimentos daquela época, razão por que ficará bem nas páginas de uma Revista que se destina a recolher e analisar as coisas do passado cearense.

Não nos parece que haja a lamentar a eiva das paixões e dos interêsses transitórios. Escrito em linguagem viva porém comedida, sem grandes preocupações estilísticas, nada foi preciso alterar para apresentá-lo como um depoimento merecedor de divulgação, mormente quando já parecem extintos os ressentimentos oriundos dos fatos relatados, ocorridos há mais de meio século. .

Densos de conteúdo histórico e sociológico, êstes fatos merecem, por tanto, ser divulgados, principalmente numa época em que tanto se fala em predomínio do povo e politização das massas. — J.B.S.

O Ceará estava cansado dessa política absorvente de família, contra a qual a imprensa do País atirava os seus dardos, e dela procurou libertar-se.

As promessas do Presidente Hermes não se realizaram porque, desde o começo do seu govêrno, timbrou em fazer justamente o contrário do que prometera como candidato. Continuou êle, levado pelas solicitações do Sr. Pinheiro Machado, a dar mão forte aos Aciólis.

Avizinhava-se a eleição para Presidente do Estado e a oposição, descrente já do Marechal, não pensava em ter candidato próprio, que seria esmagado pela fraude do **bico da pena** e pela unanimidade da Assembléia do oligarca. Esperou que surgisse o candidato dêste, disposto a dar-lhe o seu apoio, caso não fôsse um servo incondicional do clã.

Entre os homens que esta possuía, apenas dois a oposição impugnava: o quase octogenário Desembargador Domingues Carneiro e o Dr. Maurício Graco Cardoso. Eram os únicos julgados capazes de manter inalterável a política dos Aciólis.

Qualquer outro, naquela ocasião, seria bem aceito, tais como os Srs. Bezerril Fontenelle, Frederico Borges, Tomás Cavalcante e outros mais.

Não convinha, porém, aos interêsses oligárquicos senão um daqueles dois. Foi escolhido o Sr. Domingues Carneiro, depois de obtida a aquiescência do Marechal Hermes e de Pinheiro Machado, porque já havia provado a sua fidelidade, guardando a cadeira do Sr. Francisco Sá, no Senado, quando êste fôra ministro do Presidente Nilo Peçanha.

O povo irritou-se. Surgiram os boletins, os artigos de jornal, os **meetings** de protesto, a propaganda infrene contra aquela candidatura. Dir-se-ia que nas veias da população de Fortaleza se havia injetado um sangue nôvo, com o qual hauriu coragem e vigor.

Não foi um movimento parcial ou de grupo. Dêle participaram tôdas as classes sociais — homens, mulheres e crianças.

Mas o povo tateava ainda nas trevas: não tinha um candidato. Andavam todos com a lanterna acesa à cata de um homem que pudesse romper as muralhas da oligarquia, até que um dia dois negociantes lançaram nas ruas da Capital um papelito impresso com os seguintes dizeres: "**Ecce homo:** Cel. Marcos Franco Rabelo."

O nome dêste ilustre cearense foi acolhido com entusiasmo e logo partiram telegramas para o Rio de Janeiro indagando se o Sr. Franco Rabelo aceitava a candidatura.

Para êste acolhimento estusiástico, não deixou de influir a qualidade de soldado do candidato, porque todos julgavam de mister uma espada na campanha, na esperança de que mais fàcilmente seria cortado o nó górdio.

Mas, por que foi êle preferido entre outros tantos militares?

Primeiro, porque era genro do presidente mais popular que o Ceará já tivera — o General José Clarindo de Queirós — de quem se guardavam sagradas recordações. Segundo, porque fôra professor da nossa Escola Militar e aqui se fizera conhecido por sua integridade de caráter e nobreza de sentimentos. Finalmente, porque era um militar quase civil, que educara seu espírito na placidez dos gabinetes de estudo, fora dos quartéis, onde muitos se impregnam de espírito cesarista.

Não houve nessa candidatura a mais leve interferência do poder central que, ao contrário, a guerreou desesperadamente desde a primeira hora. Nascera do povo, cresceu e viveu com êle. Embora militar o candidato, não era militar a candidatura.

A guarnição federal era entre nós reduzidíssima, constando apenas de uma Companhia com efetivo de menos de cem praças, e estava à sua frente o Cel. José Faustino de Albuquerque, compadre e amigo íntimo do Comendador Nogueira Acióli. Posteriormente veio a saber-se que o Cel. Faustino havia sido mandado ao Ceará pelo Marechal Hermes com a missão expressa de fazer eleger Presidente do Estado o Cel. José Freire Bezerril Fontenelle.

Se não vingou a incumbência que o Presidente da República confiara àquele militar, foi justamente pelo caráter genuìnamente popular que tinha a candidatura Franco Rabelo, cujo nome não foi mais possível extirpar da alma do povo.

As **Ligas** estavam em moda em todo o País. Organizaram-se, neste Estado, ligas de tôda natureza — masculinas, femininas, infantis, de artistas, operários, homens do mar, carroceiros, negociantes, caixeiros, estudantes e outras mais.

Era um verdadeiro delírio popular. Tocavam ao auge as manifestações diárias. Ninguém trabalhava. A preocupação única era a propaganda eleitoral. Estávamos em plena demagogia. Todos fugiam ao trabalho para ir tomar parte nos comícios, nas palestras, nas manifestações que se improvisavam.

Ninguém escapou a essa sugestão coletiva. Os próprios empregados públicos participavam de tôdas as emoções po-

pulares, acompanhando-as com o espírito e o coração, não o fazendo ostensivamente pelo receio de perderem o pão. No dia da vitória, todos fraternizaram com os vencedores, para se separarem mais tarde, quando para êstes deixasse de soprar o vento da fortuna. **Spiritus promptus est, caro autem infirma.**

A mais bela manifestação cívica que ocorreu naquele tempo, fizeram-na as senhoras cearenses, reunidas aos milhares, carregando em andor o retrato do candidato popular e empunhando os estandartes das Ligas, pintados em verde e amarelo, côres simbólicas da Nação e do rabelismo.

Foi então que a oligarquia estremeceu nas suas bases. Os seus membros mais inteligentes, como o Dr. Francisco Sá, genro do Comendador, compreenderam nesse dia que ela estava irremediàvelmente perdida.

* * *

Foram êles mesmos, os Aciólis, que apressaram a sua queda, com atos de rematada violência, querendo impedir as manifestações públicas que, aliás, sempre acabavam em ordem, quando a polícia não intervinha. Havia, então, um esquadrão de cavalaria capaz de tôdas as arbitrariedades e a cuja aproximação todos tremiam. Ficou mesmo clássica a ameaça — **"Lá vem a cavalaria!"**, que era suficiente para estabelecer o pânico na multidão.

Entendia o Govêrno do Estado que se mostraria pusilânime tolerando aquelas manifestações em favor da candidatura Franco Rabelo. Quis pôr um cravo à roda, e nisto consistiu a sua perdição.

A 29 de dezembro (estávamos em 1911) se havia dado um choque, sem graves conseqüências, entre populares reunidos num **meeting** na Praça do Ferreira e a cavalaria da polícia. Até então, ninguém tinha cogitado de obter armas, porque a idéia de todos era a de que venceriam pelos meios pacíficos, fôsse porque o Govêrno Federal compreendesse a necessidade de negar o seu apoio à oligarquia e, neste caso, ela não resistiria, fôsse porque os seus partidários, cansados de tão longa servidão política, a abandonassem, deixando-a sem meios de resistir.

Não passava pela mente de ninguém a idéia reputada louca, de deposição do Presidente do Estado. Viria, com certeza, a reposição e, com esta, a grande série de vinditas. Seria

o sacrifício completo de uma causa que parecia triunfante. Assim pensavam tanto os chefes políticos da oposição como o povo em geral.

Demais, os vice-presidentes e os outros substitutos legais do Presidente eram membros de sua família ou correligionários submissos, e nada adiantava a substituição do Dr. Nogueira Acióli, no Govêrno, por qualquer um dêstes.

Esperavam todos que chegasse o dia da eleição, não para vencer com as cédulas nas urnas, porque fazia vinte anos que estas não se abriam livremente, mas talvez com as armas na mão, invocando o direito de revolução, quando todos os mandatos estivessem extintos.

O certo é que, para antes disso, nada havia sido combinado, e a prova estava em que na capital existiam apenas cêrca de setenta rifles, com pequena munição, pertencentes a diversos particulares, incluindo-se nesse cômputo as armas que haviam sido compradas na Casa Vilar, contra possíveis ataques da polícia, como aquêle, brutal e inopinado, da noite de 29 de dezembro.

Era mesmo provável que, se não fôra a precipitação com que agira, tivesse o Presidente Acióli esmagado a opinião pública, que era então uma fôrça que ainda não sabia triunfar, ou antes, uma crisálida que ainda não se fizera borboleta.

A eleição estava marcada para abril de 1912, e o reconhecimento dos candidatos, para julho seguinte. Nesse lapso de meses aquela agitação, tão antecipada, poderia cansar, enquanto o Govêrno do Estado receberia nôvo alento com o reconhecimento de seus candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado da República.

Se não fôra a torrente dos acontecimentos em que o Dr. Acióli se precipitou, teríamos visto provàvelmente o Desembargador Domingues Carneiro feito Presidente do Ceará.

Mas falhara dessa vez a conhecida habilidade do velho patriarca, ou antes, perderam-no os seus próprios familiares, se não a sua demência, porque dizem que quando os deuses querem perder o homem...

Haveria de realizar-se uma passeata de crianças para determinar a queda daquele Presidente. Seus assessôres convenceram-no de que aquilo não passava de mais um acinte à sua autoridade, contra o qual era preciso reagir.

Era a 21 de janeiro, na tarde de um domingo. O préstito infantil desfilava pelas ruas da Capital, vibrante de entusiasmo e alegria, como uma semana antes o das senhoras

cearenses, indo fechar o seu trajeto na Praça do Ferreira. Tudo correra na melhor ordem, sem nenhum incidente desagradável, por mais leve que fôsse, e já haviam as crianças começado a retirar-se, na companhia de suas famílias, quando lhe apontaram — "Lá vem a cavalaria!" Eram, de fato, os cossacos do Sr. Acióli que apareciam armados de mosquetões, investindo como bárbaros contra a grande massa ainda aglomerada.

Passou em todos um arrepio terrível, gelando-se-lhes o sangue nas veias, pois se achavam em face de uma catástrofe iminente.

A cavalaria investiu violentamente por entre as crianças, pisando-as e ferindo-as. Os populares e chefes de família não se contiveram. Puxaram dos revólveres e investiram à sua vez. Travou-se a luta a tiros, a ferro frio e corpo a corpo. Os soldados atiravam indistintamente tanto contra os homens como contra as crianças. Vários tombaram de seus cavalos, uns feridos, outros mortos. No meio da confusão, viu-se o heroísmo de uma encantadora menina que, de pé, ficou segurando o estandarte da Liga Infantil, esburacado pelas balas policiais.

Por terra já estavam, mortas ou feridas, diversas crianças de tenra idade.

Foi um tenente do Exército, João da Costa Pinheiro, que, atravessando-se de braços abertos na frente da soldadesca, pôde dificilmente contê-la e conseguiu assim pôr têrmo àquela horrorosa carnificina, que ficou sendo a página mais negra da história política do Ceará.

Quem se não tomaria de horror e revolta diante daquela matança bárbara de crianças?

Todos podem imaginar o que seja a cena de um pai carregando nos braços o filhinho crivado de balas, inerte e sem vida, para ir depositá-lo no regaço materno, enchendo de dor e luto o lar orfanado, de onde desertariam a alegria e a felicidade...

A população inteira rugiu de desespêro. A indignação era geral. De todos os peitos partiam brados de revolta, clamando vingança. Sòmente as mães ficaram a chorar os seus filhos, porque os pais, os irmãos, os parentes, êsses pegaram em armas para vingá-los.

Foi uma noite terrível essa, apesar de se ter passado aparentemente calma. Era o sinal da tempestade que no dia seguinte desabaria sôbre a fortaleza da oligarquia.

Em tôda essa conjuntura, o povo achou-se sòzinho. As fôrças do Exército, durante a matança da tarde de 21, permaneceram rigorosamente aquarteladas.

O autor destas linhas testemunhou o seguinte fato: um chefe oposicionista fêz, de viva voz, as mais duras exprobrações ao procedimento do Cel. José Faustino, em face da atitude de alheamento em que êste mantivera a tropa federal, assistindo impassível ao assassínio das crianças.

Não sei se teria razão. Perante as leis humanas, devia ter tôda. Mas isso demonstra categòricamente que o papel dessa tropa no Ceará era de estrita neutralidade, embora fôssem outros os seus sentimentos.

* * *

O dia 22 de janeiro marca o início da grande luta que deveria durar três dias consecutivos.

O comércio, em sinal de protesto contra a carnificina da véspera, conservou-se fechado. Os negociantes reuniram-se em assembléia geral no edifício da Associação Comercial, onde, logo cedo, foram levantadas diversas barricadas. Tudo indicava que estávamos na iminência de terríveis acontecimentos. O tráfego dos bondes foi logo paralisado, e o povo se agitava nas ruas, transitando abaixo e acima, ora parando aqui, ora acolá. Dir-se-ia um formigueiro assanhado.

A polícia estava nos seus antros. Foi concentrada, na maior parte, dentro do palácio da presidência, e o restante se achava distribuído em três pontos: na Secretaria da Justiça, na Intendência Municipal e no edifício da Assembléia. A Praça do Ferreira, a dois passos da sede do Govêrno, estava militarmente ocupada pela cavalaria. No resto da cidade não havia policiamento.

A gente do Govêrno concentrava assim tôdas as suas fôrças em tôrno de si, e deixava que o povo se apoderasse de tudo mais. Foi o seu êrro.

Ao meio-dia, ainda se jogava o **poker** em palácio. Era uma prova de destemor e sangue frio, para significar o descaso das autoridades em face dos acontecimentos.

Cêrca de uma hora da tarde, algumas praças se aventuraram a uma ligeira escaramuça contra as barricadas da Rua Formosa, perto das quais se achava reunido o comércio, mas foram recebidas debaixo de viva fuzilaria e tiveram logo ordem de recolher.

Ninguém viu mais um soldado nas ruas. Algum mais afoito que ousava aparecer era caçado como uma fera.

O ataque geral foi iniciado. E, circunstância interessante, não havia um chefe. Cada um agia por si.

O primeiro ponto visado foi a Delegacia Fiscal, onde montavam guarda alguns policiais. Depois de pequena resistência, êstes fugiram deixando as armas em poder dos atacantes, que eram dirigidos pelo negociante José Carvalho e pelo farmacêutico Joaquim Holanda.

O segundo ponto atacado foi a Cadeia Pública, onde a resistência foi maior. Terminou pela prisão do oficial e de alguns soldados que não puderam escapar. Não quiseram os patriotas utilizar-se dos sentenciados que ali cumpriam pena, e ficaram alguns montando guarda ao edifício, para evitar as fugas.

Com a conquista dessas duas posições, aumentou um pouco o número de armas para os populares.

Enquanto isso se passava, a polícia continuava encurralada. A oficialidade perdeu o ânimo, a começar pelo comandante, genro do oligarca. Não havia quem saísse à frente dos soldados, para ir dar combate nas ruas, o que resultaria em vitória certa para o Govêrno.

No primeiro dia os combatentes, isto é, os homens armados com rifles ou carabinas, não passavam talvez de oitenta. Havia da parte do povo absoluta falta de armas, mais inda de munição. Portadores foram expedidos para vários pontos, pedindo rifles e balas, que só no segundo dia, à tarde, começaram a chegar em pequenas quantidades.

Para enfrentar êsse estado de cousas, dispunha o Govêrno de perto de mil soldados armados com carabinas e bem municiados. Se trezentos saíssem de suas tocas, com um valente comandante, de certo varreriam à bala tôdas as ruas e sufocariam o movimento no nascedouro. Os insurretos não estavam em condições de resistir a mais de uma hora de cerrado tiroteio, porque esgotariam a sua munição.

Mas o Govêrno não quis ou não pôde tomar essa medida extrema. Teria recuado diante do pensamento de ensopar as suas armas no sangue de seus conterrâneos, que encarnavam naquele momento a idéia da liberdade?

É bem pouco provável.

Uma das duas: ou essa fôrça não saiu à rua porque lhe faltava comandante, ou então porque o Govêrno receava que os soldados se bandeassem para o povo.

Nesse movimento liberatório, foi uma hipótese com que se devia contar e que falhou: a adesão de parte da polícia estadual, que, aliás, não fôra bem trabalhada nesse sentido, por isso que tudo tinha irrompido de modo brusco e inesperado, sem tempo ao menos para a obtenção de armas.

Se prevalecesse naquele instante o parecer dos chefes políticos oposicionistas, nada havia acontecido, pois que nenhum era louco para entrar em semelhante aventura, desprovidos como se achavam de armamentos, tanto mais quanto tinham de enfrentar um batalhão numeroso, bem armado e municiado.

A ação foi exclusivamente popular, sem chefes que a dirigissem, sem comandantes, sem generais. Daí, talvez, o seu êxito.

Com a noite de 22, cessou o tiroteio, depois de desarmada a guarda da Alfândega. Os patriotas foram descansar, mesmo porque lhes escasseava a munição. Durante tôda a noite não se ouviu um tiro.

Era de supor que, com êsse recuo, amanhecessem as ruas ocupadas pela polícia, as barricadas destruídas e vencido o movimento. A polícia, entretanto, não saíra de seus redutos.

Parecia que o Govêrno, insulado como se achava, tinha a idéia de que havia muita gente de armas na mão. No entanto, o número dos que estavam armados continuava a ser relativamente reduzido. Mesmo com as carabinas tomadas à polícia, não atingia, na tarde de 22, a duzentos homens.

Teriam, talvez, desanimado diante dessa inferioridade numérica, se não fôra a inação da fôrça estadual, limitada a defender-se dentro dos muros do palácio e nos outros pontos onde se achava concentrada.

Às 6 horas da manhã de 23 ouviu-se recomeçar o tiroteio que foi recrudescendo de meio-dia em diante, quando começaram a chegar reforços de fora. De 3 para 4 horas da tarde a peleja era tão viva que o Govêrno pediu ao Cel. José Faustino o policiamento da cidade pela tropa federal, mas com exclusão da Praça do Ferreira e dos dois trechos de ruas que estavam defendidos pela polícia, a saber: Floriano Peixoto e Sena Madureira, onde ela devia permanecer, visto não lhe merecer confiança a gente do Exército.

Era um modo suave e disfarçado de levar o Exército a intervir para sufocar o movimento. Feito isto, o Govêrno depois justaria contas com os seus adversários. Mas o povo não estava por isso, e declarou que só deporia as armas com a renúncia do Sr. Nogueira Acióli.

Recomeçou a fuzilaria, cerrada, violenta, terrível, contra o palácio. Os soldados, já desesperados de fome e sêde, começaram a fugir. Aquêle casarão estava assediado de tal forma que não mais podiam entrar alimentos.

Os primeiros policiais fugiram com a arma e com a farda, mas foram caçados impiedosamente nas ruas. Onde quer que surgisse um dêles, havia uma carabina apontada para derrubá-lo. Os que fugiram sem arma e sem farda foram poupados.

A êste respeito, um jovem cronista, que usava o pseudônimo João dos Gatos, escreveu num dos jornais da terra um belo trecho de prosa, que aqui reproduzimos:

"A Fortaleza de Santa Rita, forte e serena, rompeu fogo tenaz, pela bôca glorificada dos seus rifles.

Um vulto tremeu, agachou-se, sumiu-se e reapareceu, como uma bóia à tona dágua, sob o chuveiro das balas que, como garotos despreocupados, passavam, espaço em fora, assoviando canções inéditas.

Elevou sua carabina à altura da cabeça e jogou-a em terra. Queria que lhe vissem o gesto. Não estava atirando. Lançou ao chão o quepe sebento e amarrotado. Abriu os braços, suplicando misericórdia, mas ninguém o compreendia.

Era um soldado da polícia. Era, portanto, um inimigo. E essa gente pobre, desgraçada e escrava, pagava o ódio do povo, a dívida contraída pelos mandões covardes.

Os tiros continuavam mais espaçados: tiros de pontaria. Caçavam-no. De chôfre, como se uma mola o impulsionasse, talvez a lembrança da mulher, dos filhinhos pálidos e magros, que em casa ficaram quantos dias!... Sem ter para mitigar-lhes a fome uma côdea de pão, caiu de joelhos, trêmulo e cadavérico, mãos postas e olhos ao céu azul, que sorria, claro e doce, apoteosando a vitória da liberdade.

A fuzilaria, com uma uniformidade mágica, cessou sùbitamente, como por encanto. Os rapazes vieram buscá-lo. Nem uma bala o alcançara. A fome desfigurava-lhe o semblante amarelo, espiritualizando-o em um símbolo.

Deram-lhe comida... Seus olhos fulguraram estranhamente."

* * *

À meia-noite do dia 23, o tiroteio era violentíssimo. Do Acarape, terra clássica da liberdade, que entre nós primeiro aboliu seus escravos, chegara, horas antes, um trem expresso

com grupos de patriotas, tendo à sua frente o Major Francisco Chagas, que se bateu com grande heroísmo. É justo assinalar êste fato, para glória daquele povo.

Houve um momento em que, pela madrugada, durante uma chuva que caíra, ficara abandonada a principal barricada que, no canto da Travessa 24 de Janeiro (hoje Rua Guilherme Rocha), defrontava com o Palácio do Govêrno. Foi aí que, no segundo dia de combate, fôra ferido na fronte o farmacêutico Joaquim Holanda. Percebendo o abandono dêsse reduto, os soldados, protegidos pela escuridão, de rastros, procuraram apoderar-se dêle. Da casa do Dr. Paula Rodrigues, onde se achava, partiu o Major Chagas com outros companheiros, e ocuparam a posição abandonada, fazendo recuar a polícia que já se achava a poucos metros de distância. Houvesse uma carga de baioneta ali, com ímpeto e com vigor, e a barricada estaria tomada, o que importaria, talvez, por sua posição estratégica, na vitória do Govêrno.

Pela madrugada, viu o Presidente Acióli que não era possível resistir mais. Chamou a palácio o Cel. José Faustino e, invocando o art. 6.º, § 3.º da Constituição, solicitou a intervenção federal.

Não era possível àquele inspetor militar atender semelhante solicitação, por dois motivos: primeiro, porque sòmente ao poder central isto competia; segundo, porque, ainda mesmo que o quisesse fazer, não dispunha de fôrça suficiente na guarnição de Fortaleza.

Ao raiar do terceiro dia, o número de combatentes era muito maior. Até garotos, tipos que se encontram em tôdas as revoluções, da natureza do Gavroche, das barricadas parisienses, que a pena de Víctor Hugo imortalizou.

A êste propósito, encontro outra página de sadio humorismo nos "Ecos da Revolta", publicados por João dos Gatos:

"Troava a fuzilaria assassina... As ruas desertas semelhavam alamêdas de um cemitério colossal. Perfis esgazeados e vagos de rapazes, rotos, chapéus de palha, olhar de lince, perscrutando longe, com cuidado e audácia, em posição de ataque, surgiam como lagartos, mansamente, pelas esquinas, bôca do rifle berrante à frente do peito branco, como que dizendo: "Ainda há soldados?"...

Na Praça de Pelotas, um velho cético e boêmio, da escola de Murger, galhofou:

— Ó pequerrucho, para onde vais?...

Era um pequeno, um garotito, calças curtas ao joelho, onze anos, um nada, em luta como um homem. Surgiu de

uma esquina, sobraçando um rifle, os olhos atentos, e atravessou a largura da rua, de gatinhas, como um guerreiro ensinado e perito na audácia e na **pochade.**

— Ilcino, para onde vais?

— Para as trincheiras da Rua Formosa.

— Que diabo vais tu fazer? Lá não tem formigas para guerreares...

— Mas tem couro de cão para espichar...

— E a mamadeira?...

O pequeno levantou o rifle, e gritou:

— Levo aqui; o leite é para o Acióli...

E desapareceu sob o fumo que envolvia a cidade, num halo de compreensão e de ternura.

A fuzilaria recrudescia de impetuosidade. O céu sorria, azul e calmo."

* * *

Todos os lares se abriam para acolher os patriotas feridos e para lhes dar alimentos. As senhoras da mais alta sociedade corriam solícitas a preparar com as próprias mãos o café, o bôlo e tudo que podiam para servir aos vingadores de seus filhinhos espingardeados.

O ataque definitivo a palácio estava combinado para as nove horas da manhã, mas às sete horas já termulava nas ameias do velho casarão do Govêrno a simbólica bandeira branca.

Estava feito o **24 de Janeiro,** e a obra fôra exclusivamente do povo.

Depois de entregar sua renúncia, feita em têrmos capciosos, o Comendador Nogueira Acióli passou-se com tôda a família para o quartel federal.

Assumira o Govêrno do Estado o 3.º vice-Presidente, Cel. Frederico Carvalho Mota, em face da renúncia do 1.º vice, Dr. Graco Cardoso, e da ausência do 2.º, Dr. José Bastos.

Não obstante pertencer ao partido aciolino, era o Cel. Carvalho Mota um espírito moderado, contra quem não havia odiosidade pública. Pôde, assim, assumir o Govêrno livremente, entre os aplausos e a confiança de todos.

Descansava o povo à sombra dos louros da vitória, quando, no dia 25, correu a nova de que chegara ordens do Rio para a reposição do presidente deposto.

Assisti a um espetáculo curioso. Vi centenas de populares correndo loucamente pelas ruas, como formigas assanhadas,

em várias direções, como se fugissem a um iminente perigo. Supunha eu que se tratasse de um pânico, coisa natural no espírito das multidões. Inùtilmente, procurei deter alguns dos que corriam.

Minutos depois, tinha eu a explicação daquela cena. Tôda aquela gente corria para ir buscar as suas armas. Meia hora depois, estavam reunidas na Praça do Ferreira mais de mil pessoas, armadas de rifles e de **mausers** tomadas da polícia, espumando de cólera, numa fúria epiléptica, esbravejando contra os Aciólis.

Tudo isso fizera a notícia da reposição.

Antevia aquela gente perdido todo o seu esfôrço, ludibriada a sua generosidade poupando as vidas dos governantes, êstes, com o chicote de nôvo em punho, castigando-lhe o crime de querer ser livre. Todos os nervos vibravam de indignação, tôdas as bôcas exclamavam maldições, e só faltava uma voz que impelisse para o quartel a onda popular.

Nesse meio havia, porém, alguns espíritos ponderados, que pediam calma, sem serem atendidos.

Êsse rumor esquisito, que se assemelhava ao do oceano enfurecido, chegou até aos ouvidos dos asilados no quartel, que se apressaram, numa agonia mortal, a mandar pedir paz ao povo. Enviaram-lhe um médico e um sacerdote com um documento, firma e letra reconhecidas por tabelião, do qual constava o seguinte: "Exmo. Sr. Cel. José Faustino da Silva — Tendo renunciado ao Govêrno e disposto a não voltar a êste, não aceitando a reposição em qualquer hipótese, peço-lhe garantias para embarcar imediatamente no vapor que está no pôrto. (ass.) Antônio Pinto Nogueira Acióli."

Já nessa altura ninguém podia convencer àquela turba amotinada que o presidente deposto deveria embarcar. Uma parte manteve-se irredutível. Foi preciso iludir-lhe a vigilância, e, ao mesmo tempo, para conseguir abrandá-la, transacionar com a retenção de um dos filhos para refém da sinceridade do pai.

Milhares de pessoas estavam em frente ao quartel, onde se achavam os chefes políticos de maior prestígio, para evitar o trucidamento daquela gente, tão soberba no poder e tão humilhada naquela terrível conjuntura.

Muito se salientou nesse gesto de nobreza o Dr. Manuel Moreira da Rocha, que teve de colocar-se de braços abertos em frente a uma carabina que era apontada contra um dos membros da família deposta. Aliás, esta família ou, pelo

menos, alguém dela, sempre lhe manifestou gratidão por sua atitude naquela situação.

Apesar das providências adotadas, foi preciso que saíssem, para o embarque, pelos fundos do quartel, ladeados pelos oficiais da guarnição, pelo Bispo Diocesano e por vários elementos de maior influência popular.

* * *

Logo no pôrto de Natal, ocorreu o lamentável incidente provocado por Antônio Clementino.

Nunca pude fazer um juízo exato sôbre se êste exilado fôra a bordo na intenção de assassinar o Sr. Acióli, ou se apenas desejava humilhar com sua presença os seus perseguidores de ontem e rejubilar-se com o infortúnio em que se encontravam.

Estive em Natal com a viúva e filhos de Clementino. Afirmaram-me que êle não revelara nenhum desejo de matar o Sr. Acióli. Atribuíam que tivesse ido a bordo sem essa intenção, tanto que, possuindo uma arma de fogo nova e moderna, não a conduziu consigo, tendo no bôlso apenas um revólver velho e quase imprestável. O seu filho, que o acompanhou, justamente por saber que os Aciólis eram passageiros do vapor, interrogara-o:

— Que vai fazer a bordo?

— Vou ver Pedro Avelino — respondeu.

Subindo as escadas do navio, disse-lhe o pai que subisse também a ver se encontrava Pedro Avelino no tombadilho, enquanto êle o procuraria por outra parte.

Estavam, pois, separados quando se deu o conflito.

Parece-me, pois, que o motivo mais plausível da ida de Clementino a bordo era contemplar, pelo prazer da vingança, o espetáculo de humilhação da família que o fizera sofrer tanto no Ceará.

Com seu filho Antônio gravemente ferido (indo a falecer em águas da Bahia) e com o espírito atribulado por tão grandes contrariedades, o Dr. Nogueira Acióli ainda tivera ânimo de telegrafar do Recife, para seus correligionários, recomendando que fizessem a eleição para deputados e senador.

Fazer a eleição, já sabiam, era escrever as atas.

Não havia quem julgasse que, da forma em que se encontrava, escorraçado e torturado, quase sem vida, pudesse

ainda lembrar-se de uma eleição que estava por diante apenas dois dias.

Enquanto isso se passava, no Rio de Janeiro, o Marechal Hermes, com Pinheiro Machado às ilhargas, cogitava de mandar entregar o Govêrno ao Dr. Graco Cardoso, como 1.º vice-Presidente do Estado.

Foi preciso que os Drs. Virgílio Brígido e Frota Pessoa fôssem à Câmara e de lá levassem ao Marechal os papéis da última eleição, para lhe mostrar que o Dr. Graco havia sido reconhecido deputado exatamente por ter renunciado à vice-Presidência, condição indispensável à sua elegibilidade.

À vista disso, a espada virgem do Marechal, que se ia arrancar contra o Ceará, conservou-se na bainha, e resolveu êle reconhecer o govêrno do Cel. Carvalho Mota.

Aliás, não era verdade que o Sr. Graco Cardoso houvesse renunciado. A comissão de verificação de podêres, por um dêsses escândalos comuns na época, deu como existente a renúncia, que jamais aparecia no seio da Câmara, para salvar o reconhecimento do animoso candidato da oligarquia cearense.

Apesar de tôdas essas dificuldades e da má vontade do poder central, a vontade popular continuava triunfando.

O Sr. Pedro Borges chegou a declarar no Senado que o movimento revolucionário do Ceará se tinha feito com soldados da polícia pernambucana, balela que por si mesma se desfez.

Aqui estava, na ocasião, o Almirante Gavião Pereira Pinto, hospedado bem em frente ao Palácio do Govêrno, inteiramente insuspeito a todos os partidos, o qual, chegando ao Rio, deu, em entrevista à "Fôlha do Dia", o seguinte testemunho: "A revolução no Ceará foi puramente popular e os combatentes eram rapazes do comércio, e até meninos de 14 e 15 anos eu vi empunhando pesados rifles."

Houve quem acusasse o Cel. José Faustino de parcial. O eminente publicista Carlos de Laet fêz-lhe a defesa na imprensa do Rio, da seguinte forma: "Nenhuma idéia hostil em relação ao ex-Presidente levava o Sr. Cel. Inspetor da 4.ª Região Militar; e antes tenho como certo que lhe consagra sincera afeição pessoal, oriunda de antigas relações, ao passo que, se me não engana a memória, qualquer dissentimento deve ter havido entre o Sr. José Faustino e o Sr. Cel. Franco Rabelo, apresentado pela coligação dos partidos, em oposição ao domínio do Sr. Acióli.

Lembro isso por mostrar que, se lícito lhe fôra, ao Sr. José Faustino, gizar os acontecimentos ao sabor de suas predileções, ainda no Ceará se acharia o ex-Presidente, pois da fôrça federal nenhum auxílio ou animação, direta ou indiretamente, partiria para o movimento que o depôs.

Quando a revolução, já dispondo de milhares de aderentes, havia esmagado a polícia, o Sr. Acióli solicitou, na forma do famoso § 3.º do art.º 6.º da Constituição, as garantias e o apoio da fôrça federal. Sim, mas que fôrça era então essa?

Cuidadosamente e desde muito tempo, o sr. Acióli tinha arredado do Ceará qualquer corpo do Exército. O seu ponto de apoio era a sua polícia reforçada, quando havia mister, com êsse pessoal irregular prontamente fornecido pela gente que por dinheiro sempre está pronta para brigar...

Quando a polícia sucumbiu à investida popular, a fôrça sob o comando do Sr. Cel. José Faustino — eu não devia, talvez, dizê-lo, mas é preciso — não passava de uns cinqüenta e tantos homens."

Aí está a verdade por inteiro.

Não obstante, foi o Cel. José Faustino exonerado do cargo de Inspetor da Região porque nada pudera fazer pelo Sr. Bezerril Fontenelle, candidato do Presidente da República.

Veio a saber-se depois, no entanto, que, quando irrompeu o movimento armado, já o Govêrno do Estado tinha resolvido aceitar aquela candidatura, cedendo às instâncias do Inspetor da Região.

Era uma resolução tardia, que nada mais remediava.

Prova isto, porém, que o Cel. José Faustino estava em boa harmonia com o Sr. Acióli e o teria, se pudesse, amparado em sua queda, tanto mais quanto entre aquêle militar e o Cel. Franco Rabelo havia, de fato, desafeição pessoal.

Veio, como nôvo Inspetor, o Cel. Celestino Alves Bastos, tipo perfeito de soldado, austero e cumpridor dos seus deveres. Chegou a 28 de fevereiro ao Ceará, para onde o Govêrno já havia mandado o 51.º Batalhão de Caçadores e outros contingentes do Exército.

A eleição presidencial teria de realizar-se a 11 de abril (1912). O Cel. Franco Rabelo obtivera do Ministro da Guerra, General Mena Barreto, uma licença para vir ao Ceará assistir ao pleito eleitoral. Partiu do Rio a 6 de março. A 8, regressava do Rio Grande do Sul o Gen. Pinheiro Machado, e a 9 despachava como emissário do Partido Republicano Conservador

o Ten.-Cel. Tomás Cavalcante para vir conquistar o Estado em favor do Cel. Bezerril Fontenelle, candidato do Catete.

A situação era tão tensa no Ceará que, apesar de se achar consideràvelmente aumentada a guarnição federal, o Sr. Tomás Cavalcante se sentia receoso de vir. Obteve recomendações de tôda natureza, do Gen. Mena para o Cel. Franco Rabelo, do Dr. Lauro Sodré, Grão-Mestre da Maçonaria, para o seu delegado Dr. Moreira da Rocha, do Presidente da República para o Cel. Carvalho Mota e outras mais. De Pernambuco, fêz telegrafar que vinha em visita à sua velha mãe.

Aqui chegando, o Cel. Franco Rabelo tivera a mais estupenda manifestação popular de que há memória em nossa terra. Os trens traziam diàriamente gente do interior para assistir à grande apoteose que se preparava ao candidato do povo. As ruas se engalanaram com palmeiras entrelaçadas de fitas verdes e amarelas, formando, aqui e acolá, arcos triunfais. Fizeram-se no trajeto avenidas de flôres. Improvisaram-se coretos e tribunas. Quase tôdas as casas enfeitaram as suas portas com colchas de cetim, fitas e bandeirolas. Por tôda parte viam-se escritas as palavras — "Viva Franco Rabelo."

A massa popular que se aglomerara no ponto de desembarque era superior a vinte mil pessoas. A cidade tinha um aspecto risonho. Nunca se viu maior entusiasmo e mais sincera apoteose.

Enquanto isso acontecia, desembarcava quatro dias depois o Cel. Tomás Cavalcante, quase só, recebido apenas por meia dúzia de pessoas, uma das quais, imprudentemente, ao passar pela Praça do Ferreira, erguera um viva ao Cel. Bezerril. Foi o suficiente para que a população prorrompesse em estrepitosa vaia, que só cessou com o aparecimento do Cel. Franco Rabelo, que foi ao encontro do Sr. Tomás Cavalcante, acompanhando-o dali até sua residência.

Logo ao chegar, teve o emissário do P.R.C. uma cruel decepção, ao visitar a sua veneranda genitora. Um jornal contou o caso: "Quando o Sr. Tomás Cavalcante desembarcou, dirigiu-se para a residência de sua digna genitora, a Exma. Sra. D.ª Maria Cavalcante, à Rua Senador Pompeu, cuja casa se achava ainda galhardamente enfeitada com emblemas, escudos, bandeirinhas, etc., da recepção do ilustre Cel. Franco Rabelo. Entrando em casa, o Sr. Tomás tomando a bênção à bondosa senhora, perguntou-lhe: Minha Mãe, o que significam êstes enfeites? Respondeu-lhe D.ª Maria, com o

patriotismo e sinceridade da mulher cearense: "Meu Filho, todos de casa e todos do Ceará são rabelistas..."

O rabelismo era uma moléstia, disse-o no Rio de Janeiro o Gen. Carlos de Mesquita, que observou aqui todos os seus sintomas. Contava adeptos até mesmo na família Bezerril Fontenelle, como foi o caso de Francisco Bezerril e João Febrônio, irmãos do candidato do Catete.

Pretendeu o Cel. Tomás Cavalcante mandar imprimir boletins para a propaganda de seu candidato, mas tôdas as tipografias lhe fecharam as portas. Reunido o Centro Tipográfico, deliberou ratificar essa atitude e torná-la extensiva a tôda a classe.

O emissário do P.R.C. teve de recorrer à Escola de Aprendizes Artífices. Ao imprimir-se ali o primeiro boletim, os alunos declararam-se em greve e empastelaram tôda a composição. Foi preciso expulsá-los para que pudessem ser impressos novos boletins, bem como chapas e circulares daquele partido, cujas contas nunca foram pagas.

Achava-se o Cel. Tomás Cavalcante armado de todos os podêres por parte do Govêrno Federal. Transferia à vontade os oficiais da guarnição que lhe não agradavam, como aconteceu com o Cap. Maximino Barreto e Aspirantes Atahualpa de Alencar Lima e Assis Távora; removia empregados do Telégrafo, a começar pelos chefes da repartição; dispunha de franquia telegráfica para todos os seus despachos, e trazia, assim, um cutelo suspenso sôbre a cabeça de todos os empregados federais. Achando ainda pequeno o contingente do Exército aqui aquartelado, pediu mais um batalhão, e veio de Pernambuco o 49.º de Caçadores.

A Presidência da República fazia empenho de manifestar que o Cel. Bezerril Fontenelle era candidato seu e que haveria de ser empossado no Govêrno do Estado, ainda que por entre filas de baionetas. Tinha aquêle militar de ser compulsado no pôsto de coronel nas vésperas da eleição, e para que isso não viesse em desprestígio de sua candidatura, o Govêrno o promoveu a general.

O Sr. Tomás Cavalcante telegrafava sem rebuços para o interior, nos seguintes têrmos: "Recomendo vivo interêsse eleição General Bezerril candidato Partido Republicano Conservador, poderosamente apoiado pelo Govêrno Federal, cujo triunfo ao lado bravos lutadores estamos sinceramente empenhados na execução de honrosa missão que aqui nos trouxe."

Atribuia-se ao Gen. Bezerril uma frase que mais detestado o tornou perante a opinião pública: haveria de ser Presidente do Ceará, ainda mesmo fazendo viúvas e órfãos.

Ao mesmo passo que era extraordinária a pressão exercida sôbre o funcionalismo federal, em cujas repartições ia cabalar o próprio emissário do P.R.C., fazia o Govêrno do Estado expedir uma circular dando plena liberdade de voto aos seus empregados.

Chegou o dia da eleição. O resultado em Fortaleza foi êste:

Franco Rabelo	1.491 votos
Bezerril Fontenelle	208 "

Aí estava a expressão esmagadora da verdade eleitoral na capital cearense, cérebro pensante do Estado, e por onde se pode ajuizar da vitória ou derrota dos candidatos a cargos eletivos.

Em todo o Ceará teve o Sr. Franco Rabelo mais de três quartas partes dos votos recolhidos.

* * *

O Cel. Celestino Bastos, Inspetor da Região, já não agradava porque se não prestara a transmitir para o Rio votações fantásticas, e nem a servir de instrumento da politicagem. Foi exonerado, e partiu a 29 de abril.

O Govêrno Central encontrava dificuldade para achar um militar que se prestasse a vir garrotear a liberdade do povo cearense. Foi o Ministro Rivadávia Correia quem se ofereceu para tirá-lo dêsse embaraço, pelo amor que tinha à causa do P.R.C., indicando para substituir o Cel. Celestino o seu coestaduano e amigo Gen. Carlos Frederico de Mesquita.

O Senador Francisco Sá, genro do Sr. Acióli, homem de grande bom senso, pérola mal engastada no seio da velha oligarquia, observou, segundo êle próprio me referiu, ao Sr. Rivadávia, pelo conhecimento que tinha do movimento cearense, que qualquer militar que viesse seria a mesma coisa, porque, em chegando ao Ceará, se modificaria diante da atitude popular. O Ministro retorquira-lhe: — Então, acredita que eu indo pudesse me modificar? Pois olhe, pode dizer que quem vai é o Rivadávia, porque o Mesquita é minha pessoa...

O General Mesquita, homem de coração elevado e generoso, soldado que nunca enodoara a sua farda, procedeu justamente como esperava o Sr. Francisco Sá...

Chegou ao Ceará a 15 de maio. O povo fêz-lhe uma manifestação tão extraordinária, que lhe tocou na alma. Compreendeu a verdade da situação e afirmou que a sua espada não se mancharia do sangue cearense.

Mas o apoio escandaloso que à causa Bezerril continuava a emprestar o Govêrno da República fêz com que se agrupassem em tôrno do Sr. Tomás Cavalcante quase todos os deputados estaduais que eram partidários do Comendador Acióli.

A Assembléia era o poder verificador da eleição. Julgava sem apêlo nem agravo. Aquêle dos dois candidatos que por ela fôsse proclamado eleito, seria o presidente de direito e, com o apoio da fôrça federal, deveria ser empossado. A opinião pública ficaria esmagada, a verdade eleitoral sacrificada, mas legalmente o presidente seria aquêle que a Assembléia proclamasse.

Apenas três ou quatro deputados, dos trinta de nossa corporação legislativa, se achavam dispostos a respeitar o resultado das urnas. Os demais tinham os seus votos prejulgados em favor do candidato do Govêrno Federal.

A situação era, por isso, desesperadora.

Sucedeu, porém, que aos ouvidos dos políticos rabelistas começaram a chegar certos rumôres de ciumadas e rivalidades entre os membros da família Acióli e o Sr. Tomás Cavalcante. Era preciso tirar partido disso, para salvar a causa do povo, evitando derramamento de sangue.

Por intermédio do Sr. Joaquim Magalhães, Secretário da Fazenda de Carvalho Mota, foi sondado a respeito dessas divergências o Tenente Raimundo Borges, genro do Comendador Acióli.

Na conversa que entretiveram, ficou assentado que se marcaria uma entrevista entre o Ten. Borges e os chefes políticos. Essa entrevista realizou-se em casa do Sr. Joaquim Costa Sousa, um dos mais esforçados defensores da causa rabelista, com a presença do Dr. Paula Rodrigues e do Sr. Joaquim Magalhães. Aí ficou combinado que o Ten. Borges escreveria aos seus parentes no Rio, os Aciólis, procurando convencê-los de que deveriam reconciliar-se com o povo, facilitando o reconhecimento do seu candidato.

Julgava-se que êles pudessem ainda contar com quase tôda a Assembléia, porém ia nisso um engano. A maioria dos

deputados já tinha abandonado seus antigos senhores e estava inteiramente identificada com o Cel. Tomás Cavalcante.

Era, entretanto, preciso que alguém, no Rio, se entendesse com os Aciólis. O Sr. Raimundo Borges lembrou o nome do Dr. Moreira da Rocha, porquanto o Dr. Francisco Sá e todos da família lhe ficaram muito gratos pela atitude que tivera em relação aos proscritos de 24 de janeiro.

Parti, então, para o Rio, a fim de combinar com o Dr. Moreira da Rocha os meios dessa conversão aciolina, que se devia tanto mais estimar quanto vinha evitar a hecatombe sangrenta que todos viam diante dos olhos.

Daqui levava eu instruções, não para firmar uma aliança ou fusão política com a família destronada, mas para estabelecer com esta um **modus vivendi**, mediante o qual poderia ela regressar ao Estado com plenas garantias para suas pessoas e bens, respeito aos seus direitos políticos, dando-lhe, na Câmara e na Assembléia, a representação proporcional.

Ainda assim, um dos chefes rabelistas, o Dr. Paula Rodrigues, que entrara nisso muito hesitante, deixava o seu voto, no caso, dependente da ratificação do Dr. Frota Pessoa, que se conhecia como adversário radical da oligarquia aciolina. Se êste o impugnasse, êle, embora com sacrifício da causa, não iria de encontro aos seus escrúpulos.

Chegando ao Rio, verifiquei que a situação dos nossos amigos era de franco desânimo em relação à atitude intransigente do Govêrno Federal.

Regressando do Ceará, o Cel. Franco Rabelo visitara o Marechal, e êste, para significar-lhe que não queria conversa, passou todo o tempo da visita a assinar patentes da Guarda Nacional.

Por sua vez, o Sr. Pinheiro Machado não admitia nem que na sua presença se formulasse a hipótese de vir o Sr. Franco Rabelo e assumir a Presidência do Ceará.

Os nossos conterrâneos que velavam pela causa estavam com o coração confiante apenas no povo de sua terra. Esqueciam que o seu candidato era um militar e que sem a permissão do Ministro da Guerra não poderia partir do Rio de Janeiro para vir assumir o govêrno do Estado. Mesmo aos tribunais não poderia recorrer, pedindo o remédio judiciário, sem que houvesse o reconhecimento de sua eleição pela Assembléia legislativa.

Não me foi muito difícil convencer ao Dr. Frota Pessoa que, com um acôrdo nas condições projetadas, não poderia

haver desonra nem falta de patriotismo de nossa parte. Isso se daria caso quiséssemos entregar de nôvo o Ceará à oligarquia decaída. Ao contrário, porém, os aciolinos é que viriam ao encontro dos desejos do povo, ajudando a consolidar os direitos de seu candidato. Não seria isso preferível a atirarmos o Estado nas agruras de nova revolução, de uma verdadeira guerra civil, com todo o seu cortejo de horrores?

Concordou êle comigo, apesar de declarar que não tomaria parte nas negociações.

A outros não falei, pelo receio de que uma indiscrição qualquer comprometesse o êxito da missão, que dependia do mais absoluto sigilo. O nosso receio estava em que os bezerrilistas descobrissem as nossas intenções e voltassem às boas com os Aciólis.

Dessa reserva adotada em benefício da causa, resultou depois enorme gritaria, que não tinha razão de ser, da parte de correligionários nossos no Estado e no Distrito Federal. Alegando falta de confiança de nossa parte, vários dêles dissentiram depois da comunidade rabelista. Não era possível, entretanto, pôr tanta gente a par de uma tentativa política que se poderia frustrar com a mais leve indiscrição de qualquer um.

Não encetamos as negociações senão depois que vimos quebrarem-se os últimos laços políticos que uniam os Aciólis ao Cel. Bezerril. Êste auxiliara o reconhecimento do Dr. Virgílio Brígido, em prejuízo do Dr. Graco Cardoso, que era daquela família a menina dos olhos. Daí, não haver mais dúvidas de que estavam definitivamente separados. Entre os Srs. Graco e Bezerril não havia mais nem troca de cumprimentos.

O Dr. Moreira da Rocha entendeu-se então com o Senador Francisco Sá, encontrando da parte dêste a mais franca cooperação.

Iam as coisas bem encaminhadas, quando surgiu da parte do Dr. José Acióli a exigência da organização de um diretório político, em que se representasse a sua grei. O próprio Dr. Sá julgou imprudente tal exigência e, assim se manifestando, declarou ao Dr. Moreira que não mais serviria de intermediário nas negociações. Se êle quisesse entender-se diretamente com o seu cunhado, que o fizesse.

— Não — respondeu Moreira da Rocha.

E as combinações ficaram assim interrompidas.

* * *

O Ceará continuava a ser um vulcão. A agitação política era tremenda.

O Deputado Moreira da Rocha começou então a trabalhar o espírito do Marechal Hermes, tão maleável para o Sr. Pinheiro Machado quão inflexível para os demais. Fazia-lhe ver freqüentemente que o Govêrno atearia o facho da revolução no Ceará, se persistisse no propósito de empossar o Sr. Bezerril.

— Considere, Marechal, — dizia-lhe — que para V. Excia. conseguir isso, terá de fazer muitos órfãos e viúvas e derramar muito sangue.

Notava o Dr. Moreira que sempre que assim falava, como que se dava um recuo no espírito do Presidente, que lhe respondia:

— Eu não quero isto.

— Mas é o que fatalmente terá de acontecer...

Insistia sempre neste ponto, o destemido representante cearense. Ao mesmo tempo, do Ceará o que mandava dizer ao Govêrno o General Mesquita era que, com a posse do General Bezerril, a revolução lhe parecia inevitável.

Um dia, estava eu doente no meu quarto de pensão nas Laranjeiras, quando, por volta de dez horas da noite, apareceu-me o Dr. Moreira da Rocha.

— Venho do Guanabara — disse-me — O Marechal chamou-me à parte e, depois de conversarmos sôbre a situação do Ceará, pediu-me que o auxíliasse a resolver o caso pacìficamente. Não combinaria na ida do Franco Rabelo para a Presidência, porque já agora seria uma desmoralização para êle, Marechal. Lembrava, porém, um candidato de conciliação, hipótese que sempre havia repelido até ali. Era o Dr. Moura Brasil, nome grato aos cearenses, e a quem daria tudo o que pedisse para o Ceará, contanto que aceitasse essa condição de **tertius**, levando a paz ao Estado.

— E que lhe disse você? — indaguei eu.

— Disse, depois de procurar convencê-lo inùtilmente sôbre a conveniência de ser empossado o Franco, que amanhã lhe daria uma resposta.

Raciocinamos, então. Se isto é uma lembrança só do Marechal, não tem valor algum, porque o Pinheiro a elimina com um sôpro. Conviria ouvir a êste.

Dali mesmo saiu o Dr. Moreira para o Morro da Graça, de onde voltou antes de meia-noite. Ao chegar ali, Pinheiro Machado interpelou-o logo:

— Estêve com o Marechal?

— Estive.

— Pois é aquilo. Não há outra coisa a fazer.

— General, melhor seria combinar com a posse do Franco...

— Não, meu amigo, isto nem é hipótese de que se possa cogitar.

— Se o seu receio, General, é que o Franco seja um elemento aliado ao Dantas Barreto, contra V. Excia., devo dizer-lhe que está enganado, porque não existe absolutamente êsse falado bloco militarista do Norte, e a prova está em que Pernambuco não interveio no reconhecimento dos deputados do Ceará, e tivemos sacrificados quatro candidatos legìtimamente eleitos.

O astuto chefe do P.R.C. desviou a conversa em tôrno do General Dantas Barreto, dizendo:

— Aceitem o velho Moura Brasil, e até admiro que êle queira ir para lá.

— Mas, aceitará êle a candidatura?

— Aceita. O Marechal conta com isso.

Com a ida do Dr. Moreira da Rocha à residência do Senador Pinheiro, tínhamo-nos orientado sôbre a situação. Vimos que o Marechal tivera o seu **placet** para a candidatura Moura Brasil, que seria, portanto, segura e, ainda, que era por êste aceita.

Resolvemos, então, telegrafar para o Ceará, ouvindo a respeito alguns dos nossos correligionários, providência que foi comunicada no dia seguinte ao Presidente Hermes. Queríamos ganhar algum tempo, para refletirmos melhor sôbre o caso.

Do Ceará nos responderam que, tratando-se de um cearense respeitável como o Dr. Moura Brasil e tendo em vista evitar derramamento de sangue, era aceitável a proposta, desde que com ela estivesse de acôrdo o Cel. Franco Rabelo.

Reunimo-nos, então, no Centro Cearense — eu e Drs. Tomás Rodrigues, Frota Pessoa, Franco Rabelo e Moreira da Rocha. Expôs êste último tôda a conversa que tivera com o Presidente da República e com o Senador Pinheiro Machado.

Sem qualquer constrangimento, opinou o Sr. Franco Rabelo que fôsse aceita a candidatura Moura Brasil, tendo

em vista salvaguardar a tranqüilidade do Estado e considerando também os relevantes serviços que, mais do que êle, poderia prestar ao Ceará o nôvo candidato.

Dali mesmo, partiu Franco Rabelo para o Catete a fim de comunicar sua resolução ao Marechal que, desta vez, já não o recebeu assinando patentes da Guarda Nacional, mas com sinais de visível agrado.

* * *

Logo no dia seguinte, porém, um fato espantoso se passava no Ceará. Fôra lançada na residência do Cel. Tomás Cavalcante uma bomba de dinamite, que o feriu gravemente e a outras pessoas que se achavam em sua companhia.

Temos de nôvo o Marechal irritado, julgando que aquilo era um desafio ao seu Govêrno, da espécie daquele que Ajax lançara contra os deuses.

Mandou aprestar navios de guerra e mais um batalhão do Exército para seguirem rumo ao Ceará, a qualquer momento. Expediu, ao mesmo tempo, ordens ao General Mesquita para prender todos os chamados chefes rabelistas, aos quais o Sr. Tomás Cavalcante acusava, sem provas, como mandantes do atentado, e para varejar-lhes as casas, apreendendo as armas que fôssem encontradas.

Percebera o Deputado Moreira da Rocha que o Marechal havia tomado alguma medida grave contra o Ceará, por tê-lo encontrado no Catete fumando um cigarrinho, nervoso, dedos trêmulos, manifestando querer dizer-lhe qualquer coisa, mas sem coragem para fazê-lo.

Era a intervenção franca e desabrida do Govêrno da União no Estado, arvorando-se em executor de medidas policiais.

O General Mesquita, com a integridade que lhe valeu a admiração de todo o País, respondeu que **não podia cumprir ordens ilegais.** O Ministro da Guerra mandou chamá-lo a uma conferência pelo telégrafo e insistiu pelo cumprimento das medidas ordenadas, ao que êle retrucou que não havia estado de sítio decretado contra o Ceará e que, portanto, aquelas ordens eram violentas e absurdas. Não as cumpriria. Chamado ao Rio, pelo Ministro, respondeu o impoluto militar com um telegrama em que dizia: "Não posso ir de encontro à opinião pública do povo cearense e nem manchar o meu passado militar; por isso, considero-me exonerado da comissão que o Govêrno Federal me confiou."

A 16 de junho deixou o Ceará, sendo acompanhado pelo Cel. Jesuíno de Albuquerque, Comandante do 49.º B.C., que, nobremente, se declarou solidário com o seu valoroso chefe.

Não havia no Exército um general que se quisesse prestar a vir espingardear o povo cearense e asfixiar a sua liberdade. Recusaram a comissão os Generais Tito Escobar, Pedro Ivo e outros.

O Govêrno estendeu, então, suas vistas para os coronéis, mas nem por isso seria mais feliz, porque a escolha recaiu no Cel. Olímpio Agobar, um militar puro e honrado, que também não haveria de manchar a sua reputação a serviço da politicagem.

Partiu êste coronel, com o 56.º Batalhão de Caçadores, no vapor Minas Gerais, expressamente requisitado, enquanto ficava de sobreaviso o **scout** Rio Grande do Sul, da Marinha de Guerra, para seguir a qualquer momento.

O Marechal, entretanto, resolveu provocar uma reunião, que se realizou no Palácio Guanabara no dia 13 de junho, com a presença da bancada cearense, à exceção dos Deputados Virgílio Brígido e Gentil Falcão, que se achavam ausentes. Estiveram também presentes os Srs. Franco Rabelo e Frota Pessoa.

Eis o que nessa reunião se passou, conforme a descreveu o Dr. Frota Pessoa, em carta à **Gazeta de Notícias**: "O Marechal Hermes da Fonseca, ao fazer clara, nítida e expressiva exposição sôbre a situação do Ceará, sugeriu preliminarmente que cada um dos grupos escolhesse do seu grêmio dois representantes que, reunidos, procurassem uma fórmula para o acôrdo que êle considerava essencial para a paz do Ceará. O Sr. Pedro Borges então ponderou que assim não se chegaria a um resultado e entregou ao Sr. Marechal Hermes a solução do caso, dizendo que, qualquer que ela fôsse, seria recebida com agrado por seus amigos, inclusive a que viesse com o nome do próprio Sr. Franco Rabelo.

Nós divergimos dessa proposta, fazendo sentir que o Marechal não poderia escolher nenhum dos dois candidatos, pois para isso seria preciso que se verificasse preliminarmente qual tinha sido eleito, coisa que só lhe seria possível mediante o exame das atas eleitorais.

Aí, formulei a idéia de três cidadãos idôneos que, com o mútuo concurso dos dois grupos políticos, fizessem um estudo das atas e lavrassem um laudo, que seria obrigatório, indiscutível e irretratável, concluindo pelo reconhecimento de um dos candidatos.

Essa proposta já me havia sido apresentada em uma conferência realizada no dia 19 do mês passado, em casa do Sr. Pedro Borges, pelo Deputado Frederico Borges, sendo altamente honesta e democrática. O Dr. Franco Rabelo a aceitou imediatamente, mas, pensando melhor, os nossos adversários não a ratificaram, quando lhes levei a aquiescência do nosso candidato.

Na reunião do Palácio Guanabara, como ia dizendo, eu a expus novamente e acrescentei que o Dr. Franco Rabelo e seus amigos se comprometiam naquele momento, mui solenemente, a se conformar com o laudo que concluísse pelo reconhecimento do Gen. Bezerril Fontenelle, e ir ao Ceará, se fôsse preciso, para dirimir quaisquer dificuldades que pudessem surgir da atitude do povo cearense. E como se fizesse objeções sôbre a possibilidade de encontrar um terceiro árbitro de confiança das duas partes, imediatamente apresentei dois nomes que de bom grado aceitaríamos para essa melindrosa função de desempatador: o Dr. João Tomé de Sabóia e Silva, engenheiro, irmão do Deputado Eduardo Sabóia, e o Dr. João da Rocha Moreira, médico, tio do Dr. Pedro Borges.

Nossa proposta foi, não obstante, vencida.

Foi então que o Marechal Hermes, instado pelos amigos do General Bezerril, de modo persistente, para que desse qualquer solução ao problema, com qualquer uma que lhe parecesse bem, lembrou o Dr. Moura Brasil.

Nós, que não temos interêsses partidários, que não queremos senão o bem-estar do Ceará e que já tínhamos solicitado daquele eminente patrício a sua aquiescência a essa indicação, dissemos que sim, e que o Dr. Moura Brasil satisfazia às aspirações do povo que ali representávamos e que o seu nome seria aceito por todo o Ceará para evitar o conflito entre o povo que o havia eleito e a Assembléia que solidàriamente se obstinava a não reconhecer o Dr. Franco Rabelo; êste renunciava e aceitava o acôrdo com o nome que o Marechal Hermes propunha.

E como se objetasse que era possível que o Dr. Moura Brasil não voltasse atrás da sua primitiva recusa, ainda houve uma divergência entre nós e nossos adversários. Êstes estavam por tudo; homologariam qualquer outra indicação sugerida pelo Marechal, ao passo que nós tivemos ainda uma restrição: só poderíamos sancionar um acôrdo com um nome que pudesse ser recomendado ao Ceará e que o povo cearense pudesse aceitar, como era o Dr. Moura Brasil.

Nada há de extraordinário ou de humilhante na solução dada ao caso do Ceará. Nós sabíamos que o General Bezerril não seria o Presidente do Ceará, nunca a possibilidade dêste fato chegou a nos impressionar, mas era certo que o Ceará teria de entrar num período de graves agitações se as duas candidaturas permanecessem no campo da luta. Foi para evitar os perigos dessa situação que o Dr. Franco Rabelo deliberou nobremente renunciar o cargo de que fôra investido pelo povo cearense."

Aí esta o relato fiel do que se passou na reunião do Guanabara.

Nessa mesma noite, telegrafava o Cel. Franco Rabelo aos seus amigos, pedindo que homologassem o acôrdo, em bem da paz do Ceará.

* * *

Antes de se efetuar a reunião do Guanabara, havíamos recebido vários telegramas de nossos correligionários informando ser impossível levar o povo a aceitar qualquer acôrdo que não fôsse em tôrno do reconhecimento do Cel. Franco Rabelo, pelo que retiravam sua aquiescência à aceitação do Dr. Moura Brasil. Todavia, diante dos insistentes telegramas do próprio Franco, o Estado todo, embora constrangido, havia telegrafado ao Presidente da República homologando o acôrdo.

Enquanto isso ocorria e os nossos amigos procuravam o Dr. Moura Brasil para lhe expressar o seu apoio, não podiam os bezerrilistas esconder o seu despeito por ter sido pôsto à margem o seu candidato.

O Marechal foi fechando a carranca com isto. Mostrando ao Dr. Moreira da Rocha os maços de telegramas:

— Está vendo? Só recebo telegramas da gente de vocês. Mas êles (referindo-se aos bezerrilistas) estão enganados comigo.

O nome de Emílio Sá era repetido como o de uma figura semelhante à de João Francisco, do Rio Grande, de sorte que, tendo recebido dêle um telegrama de apoio a Moura Brasil, o Presidente externou sua satisfação:

— O Emílio Sá também telegrafou. Vai tudo muito bem...

Mas logo depois, começaram as hesitações do Dr. Moura Brasil em concordar com sua candidatura, que todos julgavam um presente grego para êle.

Surgiram as suas exigências ao Govêrno, reveladoras de quem tinha o propósito de pedir coisas exageradas e descabidas para, não as obtendo, pôr-se fora de qualquer compromisso porventura assumido. Queria para si o cargo de superintendente das obras contra as sêcas, o que era uma extravagância constitucional, visto que as funções de Presidente do Estado eram incompatíveis com quaisquer outras. Queria também indicar o vice-Presidente; exigia a autonomia do Acre e outras medidas que logo a imprensa passou a ridicularizar.

Quando, no Ceará, se veio a saber que o Dr. Moura Brasil não queria aceitar a candidatura, de lá vieram instruções para que reencetássemos negociações com o Dr. Francisco Sá visando ao reconhecimento do Cel. Franco Rabelo.

Por êsse tempo, o Senador Sá atacava virulentamente o Presidente da República, no Senado, mas não perdera as graças e simpatias de Pinheiro Machado, a quem dizia, conforme suas palavras textuais: "Caminhamos para o mesmo destino, apenas por estradas diferentes, que lá adiante se encontrarão."

A essa altura dos acontecimentos, já não era possível mais pensar em entendimento dos nossos com os aciolinos. Um discurso do Deputado Frederico Borges, na sessão de 13 de junho, na Câmara, patenteando a solidariedade de sua bancada com o Sr. Nogueira Acióli, em contraposição a um anterior, de seu colega Eduardo Sabóia, havia, sem dúvida, aproximado de nôvo os dois grupos discordantes. Parece que, nesse tempo, desconfiando os bezerrilistas de nossa ação junto aos Aciólis, embora exercida com absoluto sigilo, trataram de novamente lisonjear o velho pajé cearense, através da solidariedade externada pelo citado deputado. Mas, dias depois, comunicavam-nos do Ceará: "Acióli telegrafou genro dizendo procurasse fazer acôrdo."

Em vista disso, procuramos novamente o Senador Francisco Sá.

O acôrdo que os Aciólis queriam consistia na anulação da eleição, para, na hipótese de não vingar a candidatura Moura Brasil, escolher-se de comum acôrdo um outro candidato, que bem poderia ser o Dr. Manuel Moreira da Rocha.

O Marechal, à sua vez, ao saírem todos os participantes da reunião do Guanabara, havia feito demorar o Dr. Moreira da Rocha, para lhe dizer em tom confidencial: "Se o Moura não aceitar, o candidato será Você."

* * *

Numa conferência realizada na Gávea, em casa do Senador Sá, ficou assentado que viajariam para o Ceará os Srs. José Acióli, Graco Cardoso e Benjamin Acióli a fim de arregimentarem os seus deputados, afiançando êles que contavam com a maioria absoluta da Assembléia, até para reconhecer o próprio Franco Rabelo. Insistiam, porém, pela anulação da eleição. Nessa reunião, falaram êles, acidentalmente, na criação de um diretório e na divisão das câmaras municipais. Nós lhes respondemos que aquilo eram detalhes de que sòmente no próprio Estado se poderia cogitar. Não deveríamos tratar ali senão do caso político do reconhecimento, podendo, todavia, garantir-lhes que seriam respeitados todos os seus direitos. Tivemos sempre o cuidado de não ir além desta palavra — direitos.

O Dr. Moura Brasil nada tinha ainda resolvido, porém, já estávamos mais ou menos certos de que não aceitaria a candidatura.

Deliberamos, então, agir para o reconhecimento do próprio Franco Rabelo, porque, com o auxílio do Senador Sá, seriam vencidas as dificuldades junto a Pinheiro Machado, e êste, por seu lado, daria tôdas as voltas que quisesse no Marechal.

Fomos, eu e o Dr. Moreira da Rocha, procurar os Srs. Graco Cardoso e José Acióli para convencê-los da conveniência do reconhecimento do nosso candidato. Era o meio mais fácil de atenuar o ambiente de ódios contra êles no Estado. Além disso, seria o modo de evitar que a anarquia em que tinham caído os espíritos se prolongasse por mais tempo. Urgia que o Ceará entrasse numa fase de vida normal, de paz, progresso e prosperidade. Tudo indicava o alto alcance dêsse procedimento.

Prometeram estudar o caso e partiram em seguida para o Ceará, deixando a solução entregue aos Senadores Tomás Acióli e Francisco Sá. Êste último entrou logo a trabalhar junto ao General Pinheiro Machado, que não fazia caso de nenhum dos bezerrilistas. A sua questão eram os Aciólis.

O Paiz, que era o órgão mais rubro contra o rabelismo, passou logo a fazer outro juízo do Sr. Franco Rabelo, e assim se externava:

"Neste caso do Ceará, quem criou direitos muito legítimos à simpatia pública foi o Sr. Cel. Franco Rabelo, pelo ato de excepcional abnegação que sua desistência ao Govêrno daquele Estado na realidade exprimiu.

Nada nos é mais agradável do que salientar uma nobre atitude daqueles que no terreno político combatemos com ardor. O Sr. Franco Rabelo era para essa multidão desvairada um verdadeiro ídolo; podia, mantendo sua candidatura contra a vontade do Presidente, aumentar ainda mais o seu prestígio, mas vendo que esta decisão ia provocar um formidável levante, em vista do voto da Assembléia que se anunciava favorável ao General Bezerril, cedeu aos desejos do Marechal Hermes, abandonando a competição política em que se envolvera, bafejado pelo mesmo Sr. Presidente. Essa desistência aos direitos de candidato estourou no Ceará como uma espécie de apostasia, como um escárnio à boa-fé da população esperançada fanàticamente na sua bravura e na veemência de suas promessas libertadoras. O Sr. Cel. Franco Rabelo sabia a que angústia se ia expor com êste gesto de desprendimento; as admirações que o glorificaram revestiram formas de explosões e de desprêzo. Se a Assembléia o considerasse vencido nas urnas, como constitucionalmente se devia dar, êle continuaria a gozar da mesma veneração entusiástica, embora repelindo quaisquer conivências com projetos insensatos de perturbação da ordem. Assim êle passava injustamente por um desertor político que abandona sem hesitação os que por êle estavam prontos aos sacrifícios mais dolorosos. Foi um belo ato de abnegação política."

Êste artigo era um convite a que o Marechal Hermes voltasse atrás nos seus propósitos de repelir a candidatura Franco Rabelo que, antes, **O Paiz** considerava derrotado nas urnas, sem prestígio, um ambicioso, e agora já era o ídolo de um povo, um patriota abnegado.

O Marechal e o General Pinheiro Machado foram a uma caçada em Campos, de onde regressaram a 28 de junho, pela manhã. Na véspera, o Dr. Moura Brasil resolvera definitivamente, como já era esperado, não aceitar a Presidência do Ceará.

Às 9 horas da manhã estávamos no Guanabara, eu e o Dr. Moreira da Rocha. O Marechal se achava no banho, e esperamos para ver em que resolução estava êle. Apareceu já de saída para o Catete, e ao nos avistar foi logo dizendo: — O Moura não aceita e eu não costumo insistir para que aceitem aquilo que se oferece. — Parecia zangado, e já

temíamos pelo que estivesse para acontecer, quando êle continuou: — Vou entregar o Ceará aos seus próprios destinos. Telegrafo ao Agobar para que garanta o funcionamento da Assembléia, e reconheçam lá quem quiser.

Ora, até aí era ainda nos deixar na mesma situação, porque o voto da Assembléia estava prejulgado.

Mas depois, desanuviou a fronte, e prosseguiu: — Lavo as mãos com o caso e... talvez até resolva tirar a fôrça de lá.

Aí exultamos. Vimos que a batalha estava ganha.

— V. Excia. — disse-lhe o Dr. Moreira da Rocha — poderia fazer um nota para o **Diário Oficial** declarando sua neutralidade e isto seria suficiente para que a própria Assembléia reconhecesse o Sr. Franco Rabelo...

— Faço.

— Se V. Excia. fizer isso...

— Se fizer não, faço.

— ... o Ceará lhe será muito grato, porque tudo se resolverá sem derramamento de sangue.

Dali partiu o Dr. Moreira da Rocha em sua companhia para o Catete a fim de assistir a redação da nota para o **Diário Oficial.**

Efetivamente, foi ela redigida e publicada na edição de 29 de junho, bem como em quase todos os jornais cariocas. Era do teor seguinte:

"O Exmo. Sr. Presidente da República que, apesar de seu constante propósito de completa abstenção nos negócios políticos estaduais, foi levado, pela solicitação dos interessados, em atenção às altas conveniências da ordem, a procurar uma solução amigável para o caso do Ceará, tem deliberado, em vista da recusa por parte do Dr. Moura Brasil em aceitar a candidatura à Presidência do Ceará, não mais intervir na solução dêsse pleito político, mantendo, como sempre, inteira imparcialidade entre as diversas facções que naquele Estado se digladiam, limitando-se ao estrito cumprimento do seu dever constitucional."

Quando já estava redigida esta nota, entrou no Catete o Sr. Pedro Borges que, conforme expressão textual do Sr. Francisco Sá, "trazia o Hermes na barriga".

O Dr. Moreira da Rocha afastou-se para que o Presidente da República mostrasse a nota ao senador cearense. Vendo êste retirar-se logo depois, aproximou-se novamente do Marechal, e perguntou-lhe:

— Que disse o Pedro Borges sôbre a nota?

— Não a mostrei — respondeu o Presidente — Que vão aos diabos que os carreguem. Já fiz por êles mais do que devia.

Na verdade, o Sr. Pedro Borges não tivera conhecimento da nota presidencial, porque às 2 horas da tarde estávamos eu e o Dr. Moreira em frente ao **Jornal do Comércio** quando chegou o Sr. Frederico Borges, que ainda a ignorava, entretendo com êsse colega de bancada a seguinte conversa:

— Estêve no Catete?

— Estive — disse-lhe o Deputado Moreira.

— Não havia nada de nôvo?

— O Pedro Borges estêve lá também...

— Sim, mas me disse que nada havia.

Aí passou a falar que lhe constara querer o Dr. Moura Brasil indicar em seu lugar a candidatura do Dr. Domingos Jaguaribe, e blaterou logo contra êste suposto candidato.

O Deputado Moreira da Rocha deixou-o falar, deixando-o também na ignorância de que o caso do Ceará estava pràticamente resolvido.

À tarde, foi ao Catete o Sr. Franco Rabelo, para agradecer ao Marechal a publicação da nota oficial. O Presidente recebeu-o prazerosamente e disse-lhe que poderia partir para o Ceará quando quisesse.

Na ocasião da despedida, o Marechal chamou à parte o Dr. Moreira da Rocha, e disse-lhe, batendo no braço com ares de muita cordialidade:

— Leve **êle** ao Pinheiro...

O Sr. Franco Rabelo não queria ir, por forma alguma, ao Morro da Graça. Foi uma luta. Acabou cedendo às conveniências políticas, combinando o dia seguinte, às 8 horas da noite, para essa visita.

Avisado disso, o Senador Pinheiro Machado mandou dizer ao Dr. Tomás Acióli que estivesse lá à mesma hora.

Até êsse dia, o Sr. Franco Rabelo não se tinha avistado ainda com nenhum dos Aciólis. Por coincidência, tomaram ambos o mesmo bonde de Águas Férreas, êle e o Senador Tomás, porém sentaram-se em bancos diferentes. Não subiram juntos ao morro. Lá é que vieram a trocar os cumprimentos de cortesia.

O Sr. Pinheiro Machado conduziu-se com extrema cordialidade. Fêz, a princípio, uma preleção sôbre a virilidade do povo cearense, comparando-o ao do Rio Grande do Sul, e discorreu sôbre outros assuntos relativos aos problemas do Norte.

A certa altura da palestra, aludiu-se ao reconhecimento dos Vice-Presidentes, substitutos eventuais do Cel. Franco Rabelo, mas declarou o Senador que combinassem depois com o Sr. Tomás Acióli.

No dia seguinte, uma reunião havida numa casa à Rua dos Ourives, ficou combinado entre os Srs. Franco Rabelo, Moreira da Rocha, Francisco Sá e Tomás Acióli que os Vice-Presidentes seriam: 1.º, o Cel. Lourenço Feitosa; 2.º, o Dr. Adolfo Siqueira Cavalcante; 3.º, o Padre Cícero Romão Batista. O 1.º e o último, aciolinos; o 2.º, rabelista.

O Sr. Lourenço Feitosa tinha sido apresentado para 2.º Vice-Presidente pela fecção adversa. O 1.º da chapa era o Sr. Sérgio Sabóia.

Alegavam os Aciólis que a classificação em 1.º, 2.º e 3.º, dos Vice-Presidentes, fazia-se na apuração, pela ordem das votações. Parece que, ou não confiavam no Sr. Sérgio Sabóia ou então tinham em mente agradar o Sr. Lourenço Feitosa que, além de ser deputado estadual, tinha mais um irmão na Assembléia.

Tiveram os rabelistas de resignar-se com isto, não só porque a Vice-Presidência só interessava aos políticos e não ao povo cearense, cuja preocupação exclusiva era ver no Govêrno o Sr. Franco Rabelo, senão também porque sendo a Assembléia tôda adversária, não era lícito impor-lhe a aceitação de todos os candidatos, desde que já aceitava dois dêles, entre êstes o principal, que era o Presidente.

Ao chegarem ao Recife, os Srs. José Acióli e Graco Cardoso tiveram notícia, por telegrama do Senador Tomás Acióli, de que estava combinado o reconhecimento do Sr. Franco Rabelo pela Assembléia, bem como dos Vice-Presidentes acima apontados. Ao chegarem ao Ceará, porém, verificaram que não dispunham da Assembléia, como supunham. Apenas podiam contar com os deputados que eram membros da família, e eram êstes os Srs. José Pinto Coelho de Albuquerque, Benjamin Acióli, Antônio Luís, Raimundo Borges, Eugênio Gadelha, Jovino Pinto, Nogueira Brandão (êste mesmo acompanharia o sogro, Cel. Carvalho Mota, que estava na Presidência) e Carlos Câmara, pessoa do Dr. Graco Cardoso. Estava ausente o Dr. Jorge de Sousa.

Desta forma, ficou logo arredada a idéia do reconhecimento do Cel. Lourenço Feitosa para 1.º Vice-Presidente, ficando neste lugar o próprio Dr. Sérgio Sabóia.

O Cel. Tomás Cavalcante dispunha de metade da Assembléia. Os Aciólis envidaram todos os meios para chamar de nôvo ao aprisco essas ovelhas desgarradas, mas tudo foi debalde, porque estavam sendo cuidadosamente pastoradas por aquêle militar.

O Senador Tomás Acióli recorreu, então, ao Gen. Pinheiro Machado, que lhe deu um telegrama para o Cel. Tomás Cavalcante, dando por terminada a delegação que lhe fôra confiada no Ceará pelo Partido Republicano Conservador.

À vista dêsse despacho, o destinatário resolveu regressar ao Rio de Janeiro, mas nem por isto quiseram os seus deputados comparecer à Assembléia. Dêste modo, o reconhecimento do Sr. Franco Rabelo teve de fazer-se com os deputados que se apresentaram, em número de doze.

Obstinando-se a maioria da Assembléia em não ir às sessões, não podia o Estado ficar sem o seu presidente, tanto mais que, na ausência de lei expressa a respeito, havia subsidiàriamente a seguir o caminho traçado pela Constituição Federal, que mandava fazer o reconhecimento, em casos semelhantes, com qualquer número de deputados.

A 11 de julho, a Assembléia Legislativa reconhecia e proclamava eleito Presidente do Estado o Cel. Marcos Franco Rabelo, para governar no quatriênio de 1912 a 1916, bem assim os Vice-Presidentes já designados.

Assumindo o Govêrno no dia 14, recebeu o nôvo Presidente, entre vários outros, o seguinte telegrama: "Agradeço-vos a comunicação que me fizestes de haver prestado o compromisso legal perante a Assembléia dêsse Estado e assumido o Govêrno do mesmo, de que sabereis cumprir digna e fielmente os deveres que vos incumbem hoje, de mantenedor da paz e promotor do progresso. Faço sinceros votos para que o povo cearense entre definitivamente nessa fase cujo início lhe almejo, durante vossa administração. Com minhas congratulações, envio-vos minhas saudações. Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República."

Com a ascensão do Cel. Franco Rabelo ao poder, encerrava-se virtualmente uma campanha sem precedentes na história político-administrativa do Ceará, na qual o povo tomara parte ativa e preponderante.

As conseqüências imediatas dessa campanha ainda perduraram por algum tempo, gerando novos e trepidantes acontecimentos, merecedores de um estudo à parte.